

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

PROPOSTA ORÇAMENTAL

NOTA EXPLICATIVA

2010



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Índice

1.	Nota.....	4
1.1.	Política de Modernização das Forças Armadas.....	4
1.2.	Política de apoio aos Antigos Combatentes	5
1.3.	Estratégia Nacional para o Mar	6
1.3.1.	Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.....	7
1.3.2.	Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental.....	8
1.4.	Política de Cooperação na Defesa Nacional	10
2.	Síntese Histórica 2005-2009.....	12
2.1.	Estrutura das Despesas da Defesa	12
2.2.	Estrutura Orgânica.....	13
2.3.	Despesas de Funcionamento	14
3.	Proposta de Orçamento da Defesa Nacional para 2010	15
3.1.	Análise Geral.....	16
3.2.	Despesas de Funcionamento – Análise Sectorial	20
3.2.1.	Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte.....	20
3.2.1.1.	Gabinetes dos Membros do Governo.....	21
3.2.1.2.	Serviços Centrais de Suporte	21
3.2.1.2.1.	Despesas com o Pessoal	22
3.2.1.2.2.	Manutenção e Funcionamento	22
3.2.1.2.3.	Transferências.....	22
3.2.1.2.4.	Forças Nacionais Destacadas	22
3.2.1.2.5.	Despesas com compensação em receita	23
3.2.2.	Estado-Maior General das Forças Armadas	24
3.2.3.	Marinha.....	26
3.2.4.	Exército.....	28
3.2.5.	Força Aérea	30
3.3.	Despesas de Investimento	32
3.3.1.	Lei de Programação Militar.....	32
3.3.1.1.	Serviços Centrais de Suporte do MDN.....	32
3.3.1.2.	Estado-Maior General das Forças Armadas	33
3.3.1.3.	Marinha.....	33
3.3.1.4.	Exército.....	34
3.3.1.5.	Força Aérea	34
3.3.2.	Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	35
3.3.3.	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central	36



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Sumário Executivo

- A dotação global do Orçamento da Defesa Nacional para 2010 ascende a € 2.440,5 Milhões (M), dos quais € 2.308,9 M são destinados aos Serviços Integrados e € 142,3 M aos Serviços e Fundos Autónomos, excluindo €10,7 M a transferir entre subsectores.
- Este quantitativo representa 4,1% das Despesas da Administração Central e 1,5% do Produto Interno Bruto.
- A distribuição da dotação global atribuída aos Serviços Integrados, por grupo de despesas, é a seguinte:

Un.: euros		
Grupo de Despesas	Valor	Peso (%)
Pessoal	1.188.946.927	51,49%
Investimento	463.540.204	20,08%
Funcionamento	304.461.767	13,19%
Transferências	26.858.102	1,16%
DCCR	250.119.424	10,83%
FND	75.000.000	3,25%
Total	2.308.926.424	100,00%

Notas:

DCCR - Despesas com Compensação em Receita.

FND - Forças Nacionais Destacadas.

- A distribuição da dotação global por Departamentos é a seguinte:

Un.: euros						
Departamentos	Pessoal	Investimento	Func. ⁽¹⁾	DCCR	Valor	Peso (%)
MDN/SCS	100.092.548	140.678.025	135.248.427	133.809.562	509.828.562	22,08%
EMGFA	31.956.360	13.107.000	7.849.640	1.055.000	53.968.000	2,34%
Marinha	312.763.707	151.448.668	99.453.625	33.309.603	596.975.603	25,86%
Exército	518.619.243	88.605.398	86.485.359	42.343.069	736.053.069	31,88%
Força Aérea	225.515.069	69.701.113	77.282.818	39.602.190	412.101.190	17,85%
Total	1.188.946.927	463.540.204	406.319.869	250.119.424	2.308.926.424	100,00%

⁽¹⁾ - Inclui as verbas relativas às Transferências e FND.

Nota:

SCS - Serviços Centrais de Suporte.



1. Nota

O presente documento pretende complementar a informação inserida no Orçamento do Estado para 2010, relativa à actividade do Ministério da Defesa Nacional (MDN), reflectindo de forma adequada as orientações expressas no Programa do Governo, com os objectivos de garantir a segurança do Estado e dos cidadãos, projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz, numa lógica de segurança cooperativa.

Com estes objectivos, e atentas as restrições inerentes ao necessário esforço para a consolidação das contas públicas, mas não perdendo de vista que o contexto de segurança e defesa se caracteriza por uma multiplicidade de ameaças e riscos não convencionais, foram privilegiados os seguintes aspectos ao nível das políticas de defesa nacional: i) modernização das Forças Armadas; ii) apoio aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas; iii) acções vocacionadas para os assuntos do mar; iv) aprofundamento das acções de cooperação não só com os aliados tradicionais de Portugal, mas também com os países africanos de expressão portuguesa, desenvolvendo e aprofundando os Programas-Quadro da Cooperação Técnico-Militar.

1.1. Política de Modernização das Forças Armadas

O novo quadro de ameaças à segurança conduz a que as Forças Armadas sejam, cada vez mais, chamadas a participar em missões de cariz diferente das suas missões tradicionais, nomeadamente envolvendo-se em missões de interesse público ou de segurança, em estreita coordenação com as Forças de Segurança, embora nunca perdendo de vista a sua vocação fundamental para a execução de missões nacionais e internacionais de natureza militar.

A actividade a desenvolver durante 2010 visa dar continuidade às suas missões tradicionais mas também habilitá-las a um adequado desempenho, seja no âmbito do sistema de defesa colectiva da Aliança Atlântica e da Política Comum de Segurança e Defesa, seja no âmbito das missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro.

Para dar uma resposta adequada a estes novos desafios impõem-se medidas de modernização das Forças Armadas, nomeadamente através dos seguintes vectores estratégicos:

- Dignificação da função militar e consolidação e sustentação do seu modelo de profissionalização;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Modernização dos equipamentos, através da Lei de Programação Militar, que deverá ser revista em 2010, de forma a alinhar o calendário financeiro com as necessidades decorrentes dos programas em execução, ajustando o programa de novas aquisições às disponibilidades orçamentais e às necessidades inventariadas para a edificação de capacidades;
- Modernização da infra-estruturas, nomeadamente mantendo o esforço de rentabilização do património afecto à Lei de Programação das Infra-estruturas Militares;
- Concretização da reforma da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Participação de Forças Nacionais Destacadas em diferentes teatros de operações, com destaque para o Afeganistão, o Kosovo, o Líbano e o apoio ao combate à pirataria e à edificação de capacidades institucionais na Somália.

1.2. Política de apoio aos Antigos Combatentes

O Programa do XVIII Governo, em matéria de Defesa Nacional, valoriza as questões relacionadas com aqueles que, no âmbito militar, serviram o País e sublinha que se deve reconhecer, dignificar e apoiar os Antigos Combatentes, incluindo os Deficientes das Forças Armadas.

Nesta matéria, merece destaque o aperfeiçoamento da rede nacional de apoio do stress pós-traumático de guerra, em articulação com as associações dos Antigos Combatentes e o Serviço Nacional de Saúde, bem como a consolidação da aplicação do regime de contagem do tempo de serviço militar dos Antigos Combatentes para efeitos de aposentação e reforma. Relativamente ao orçamento afecto ao Departamento de Apoio a Antigos Combatentes (DAAC), o quadro e gráfico seguintes sintetizam os quantitativos propostos para o próximo ano económico, por agrupamentos, comparando-os com os valores iniciais de 2009.

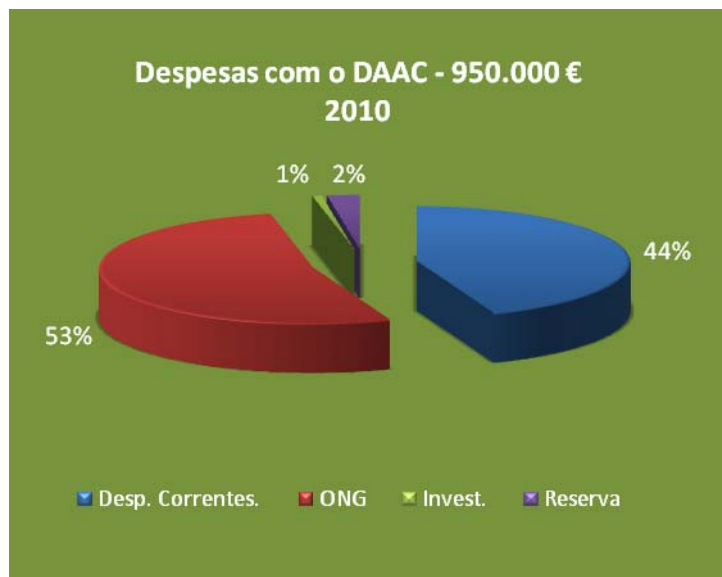
Un.: Euros

Designação	2009	2010	Variação	
			Valor	%
Desp. Correntes	445.175 €	419.478 €	- 25.697 €	-6,13%
ONG ⁽¹⁾	455.000 €	500.000 €	45.000 €	9,00%
Invest.	6.575 €	6.772 €	197 €	2,91%
Reserva	23.250 €	23.750 €	500 €	2,11%
Total Geral	930.000 €	950.000 €	20.000 €	2,11%

⁽¹⁾ - **ONG** - Organizações Não Governamentais.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



1.3. Estratégia Nacional para o Mar

A Estratégia Nacional para o Mar (ENM), de acordo com o enquadramento que lhe foi dado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro e n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, é um Projecto Nacional que pretende promover “a mobilização dos sectores científicos e empresariais, ligados ao mar, e da sociedade civil em geral, assente na promoção do crescimento económico, numa visão integrada sobre os vários sectores, no princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação da natureza, e assumindo o enquadramento internacional das políticas, em especial ao nível da Política Marítima Europeia”.

A Estratégia Nacional para o Mar assenta em três pilares estratégicos:

- O conhecimento;
- O planeamento e ordenamento espaciais; e
- A promoção e defesa activas dos interesses nacionais.

Estes são considerados os factores críticos de sucesso que é indispensável assegurar para valorizar definitivamente a importância do Mar como um dos principais motores de desenvolvimento do país.

As oito acções estratégicas aprovadas reflectem apostas em diversas linhas de acção:

- Sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar;
- Promoção do ensino e divulgação nas escolas de actividades ligadas ao mar;
- Promoção de Portugal como um centro de excelência de investigação das ciências do mar da Europa;
- Planeamento e ordenamento espacial das actividades ligadas ao mar;
- Protecção e recuperação dos ecossistemas marinhos;
- Fomento da economia do mar;
- Apoio às novas tecnologias aplicadas às actividades marítimas; e



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Defesa Nacional, segurança, vigilância e protecção dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional.

Para alcançar aqueles desideratos, a ENM deve enquadrar-se e articular-se de forma dinâmica com as restantes estratégias, políticas e programas nacionais em vigor ou em preparação e para os quais se desenvolvem actividades no âmbito de duas importantes Estruturas de Missão: Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM) e Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). Através destas estruturas o MDN contribui para a execução da Estratégia Nacional para o Mar, promovendo a exploração científica e económica do mar, solo e subsolo marítimos.

1.3.1. Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar

A EMAM foi criada em 2005, e viu prorrogado o seu mandato até 2016, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, com o objectivo de contribuir para a execução de uma estratégia que vise o desenvolvimento de uma política integrada para os Assuntos do Mar e para uma acção articulada de todas as entidades com competência nesta área. Para o efeito apoia a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), entretanto criada para implementar a ENM e acompanhar as questões relacionadas com o Mar, em particular:

- Reforço do apoio à organização e dinamização da acção dos pontos focais em torno dos projectos já em curso e promovidos pela CIAM, agora na dependência do Gabinete do Primeiro-Ministro. Destacam-se como projectos em curso o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo e o Plano de Simplificação Processual e Licenciamento das Actividades Marítimas, bem como a implementação de novos Planos de Acção (Política Nacional de Dados do Oceano, Economia do Mar e Rede de Áreas Marinhas Protegidas);
- Aprofundamento do Programa de Acção “Campanha de Sensibilização para o Mar” através do crescente envolvimento e participação da população jovem em diversas acções no mar, a par do desenvolvimento do *Kit* Pedagógico (“Kit do Mar”);
- Reforço da visibilidade e da sensibilização dos Portugueses para os Assuntos do Mar;
- Apoio logístico e operacional do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar e implementação e dinamização do Fórum Empresarial para os Assuntos do Mar;
- Acompanhamento e análise da Política Marítima Europeia;
- Reforço da equipa da EMAM dotando-a de uma maior capacidade de intervenção, de modo a poder cumprir, numa fase fundamental, com maior eficácia e eficiência, a prossecução dos objectivos definidos pela Estratégia Nacional para o Mar.

Para o efeito, será dotada de € 1,02 Milhões no ano de 2010, recursos que serão indispensáveis para o cumprimento da sua missão, representando um acréscimo significativo



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

face a 2009 (97,3%), como se pode observar pelo quadro seguinte no qual se procede à distribuição daquele montante pelos diferentes tipos de despesa.



1.3.2. Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, consagra a possibilidade de os Estados reclamarem direitos exclusivos de soberania, para efeitos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, sobre novas áreas do leito do mar e subsolo para além das 200 milhas náuticas, ou seja, sobre novas áreas da Plataforma Continental.

Nesse sentido, Portugal iniciou o seu projecto de extensão da plataforma continental, para o que foi constituída, em 1998, a Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental (CIDPC).

O trabalho iniciado pela CIDPC teve a necessária continuidade após 2005 pela EMEPC, através da qual se materializará, em 2010, o objectivo do Governo de dar prioridade ao projecto de extensão da plataforma continental Portuguesa, que permitirá estender a soberania portuguesa a mais de 3 000 000 de km² de mar, o que representa cerca de 34 vezes a dimensão de Portugal Continental.

Para 2010, estão planeadas, nomeadamente as seguintes acções:

- Consolidação da candidatura de Portugal para a Extensão da Plataforma Continental, através da recolha de novos dados, criação de nova informação e estabelecimento de novo conhecimento para as áreas já reclamadas; continuação dos estudos tendo em vista a possibilidade de aumento das áreas de extensão;
- Efectuar a primeira apresentação do processo de extensão nacional à Comissão de Limites da Plataforma Continental, que funciona junto das Nações Unidas;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Continuar a cooperação com outros Estados nesta matéria, aproveitando a experiência entretanto adquirida na preparação do projecto de extensão português nas áreas da hidrografia, da geologia, da geofísica, dos sistemas de informação e do direito internacional e do mar;
- Reforçar a capacidade científica nacional, dando continuidade aos projectos de investigação e desenvolvimento em curso, no âmbito da EMEPC e de parcerias com o tecido científico nacional, nas áreas científicas directamente relacionadas com o projecto de extensão, e aos programas de mestrado e desenvolvimento, directamente relacionados com o projecto de extensão da plataforma continental;
- Dar continuidade aos projectos em curso – *Inform@r* e *M@rBis*, respectivamente no âmbito do sistema de informação para o mar e do sistema nacional de informação da biodiversidade marinha, cuja coordenação foi atribuída à EMEPC, havendo particular empenhamento na continuidade das acções para a promoção da gestão integrada do Oceano;
- Dar continuidade à preparação do Atlas de dados oceanográficos e à estrutura de base de dados de apoio ao projecto de extensão da plataforma continental de forma a poder servir, no futuro, um sistema de monitorização e gestão integrada do Oceano, promover o desenvolvimento de projectos de investigação e desenvolvimento orientados para a exploração dos dados e informação obtidos no desenvolvimento do projecto de extensão da plataforma continental.

A EMEPC disporá no ano de 2010 de um orçamento de € 4,35 Milhões, que representa um acréscimo face a 2009 de 32%. No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das despesas com aquela estrutura.





1.4. Política de Cooperação na Defesa Nacional

Tendo presentes as modificações ao nível dos riscos e das ameaças, a política de Defesa Nacional e os instrumentos de Segurança e Defesa vocacionam-se para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos, mas, também, para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz.

O Orçamento da Defesa Nacional para 2010 tem em conta esta necessidade de responder a novos desafios, nomeadamente através do aprofundamento da cooperação bilateral materializada, entre outros, pelo incremento da Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os países de expressão oficial portuguesa e pelo reforço do relacionamento com países que integram áreas regionais com interesse estratégico, designadamente o Magrebe.

Em termos orçamentais, este acréscimo de actividades traduz-se no reforço da dotação global em 6,5%, face à estimativa de execução para 2009, sendo de relevar o incremento das dotações atribuídas à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) em cerca de 5%, tendo em vista desenvolver, durante 2010, os seguintes vectores essenciais:

- Investimento na formação, nomeadamente em cursos no Colégio de Defesa NATO e no Colégio Europeu de Segurança e Defesa;
- No âmbito da “Iniciativa 5+5” de Defesa, a realização de um Seminário em Portugal, em conjunto com Espanha;
- O incremento de actividades no âmbito do desarmamento e contra-proliferação, fruto de desenvolvimentos relativos aos acordos sobre “*Convencional Forces in Europe*” (CFE) e o “*Open Skies*”;
- O crescimento em número e qualidade da cooperação com o Magrebe, fruto da assinatura de Planos Indicativos trienais de Cooperação Bilateral de Defesa com países daquela região (Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia);
- O início da cooperação bilateral com a Índia;
- O aprofundamento das actividades de cooperação com a Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Federação Russa, República Popular da China, Sérvia e Turquia;
- As novas atribuições e competências afectas à ligação e à coordenação funcional dos Adidos de Defesa.

↳ **No âmbito da CTM:**

- Renegociação dos Programas-Quadro e dos respectivos projectos com Angola, Moçambique, Guiné e Timor-Leste;
- Novas solicitações destes países, envolvendo sobretudo a componente naval das suas Forças Armadas;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Realização em Portugal, numa parceria conjunta entre o MDN e o “*Africa Center for Strategic Studies*” (Washington, EUA), do “*Senior Leaders Seminar 2010*”, que pela primeira vez se realiza na Europa (tem-se realizado ora nos EUA ora em África), destinado às elites políticas e militares dos países africanos.



2. Síntese Histórica 2005-2009

No período de 2005 a 2009, o Orçamento da Defesa Nacional (ODN), apresentou uma tendência crescente, a preços correntes, conforme se demonstra no gráfico abaixo.



2.1. Estrutura das Despesas da Defesa

O quadro e gráfico seguintes evidenciam o peso que tem cada componente¹ que integra o ODN, sendo de realçar que os encargos com Pessoal aparecem destacados, cerca de 60% ao longo do período analisado, seguindo-se as despesas com Operação e Manutenção e a Lei de Programação Militar, ambas com pesos relativos de cerca de 20%.

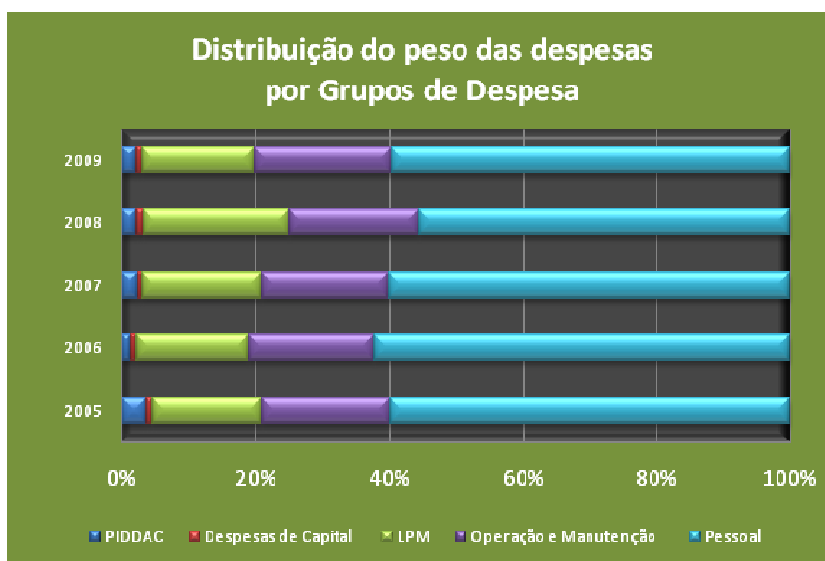
As despesas no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e as Despesas de Capital têm pouca expressão no orçamento global afecto à Defesa Nacional.

	2005	2006	2007	2008	2009
PIDDAC	3,6%	1,3%	2,4%	2,2%	2,0%
Despesas de Capital	1,1%	0,8%	0,7%	1,1%	0,9%
LPM	16,1%	16,9%	17,9%	21,9%	16,9%
Operação e Manutenção	19,2%	18,8%	18,9%	19,4%	20,4%
Pessoal	60,0%	62,2%	60,2%	55,5%	59,8%

¹ Pessoal, Operação e Manutenção, Lei de Programação Militar, PIDDAC e Despesas de Capital.



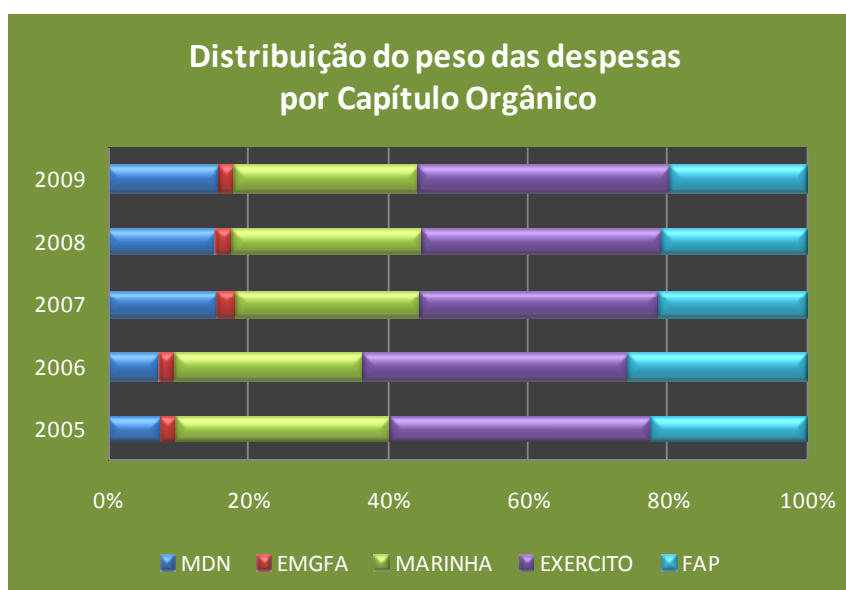
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



2.2. Estrutura Orgânica

No que respeita à estrutura da despesa do ODN importa destacar o ajustamento dos pesos relativos dos 5 capítulos que compõem o ODN², devendo realçar-se que o crescimento relativo, de 8,4%, do peso dos Órgãos e Serviços Centrais (OSC), resulta do facto de terem passado a ser financeiramente geridos centralizadamente alguns importantes projectos de investimento das Forças Armadas (ex: manutenção de Aeronaves F-16, Helicópteros EH-101 e NH-90).

O gráfico seguinte permite a visualização da informação mencionada:



² Capítulo 01 – Gabinetes dos Membros do Governo, Órgãos e Serviços Centrais do MDN; Capítulo 02 – Estado-Maior General das Forças Armadas; Capítulo 03 – Marinha; Capítulo 04 – Exército; Capítulo 05 – Força Aérea.



2.3. Despesas de Funcionamento

No âmbito das despesas de funcionamento deve acentuar-se a tendência decrescente das despesas com Pessoal em resultado das acções no âmbito da reorganização da estrutura superior das Forças Armadas.

A análise destes encargos para o ano 2009 deve ser mais cuidada porquanto o aumento verificado, por comparação com 2008, resulta da conjugação de dois factores exógenos à gestão interna de pessoal: alteração do suplemento de condição militar, que passou de 14,5% para 17,25%, e consideração de quotizações para a Caixa Geral de Aposentações (7,5% sobre as despesas com o pessoal).





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3. Proposta de Orçamento da Defesa Nacional para 2010

O montante constante da proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2010 a atribuir ao Ministério da Defesa Nacional (ODN/2010), ascende a € 2 440,5 Milhões, apresentando uma taxa de crescimento de 9,1% em comparação com o orçamento inicial de 2009, e de 6,5% em comparação com a estimativa de execução.

A afectação do ODN/2010 é conforme o quadro que se segue:

(milhões de euros)

	2009		2010 Proposta (3)	Variação	
	Inicial (1)	Estimativa (2)		(3) / (1)	(3) / (2)
ESTADO	2.071,5	2.178,5	2.308,9	11,5%	6,0%
1. Funcionamento	2.033,8	2.156,0	2.286,2	12,4%	6,0%
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	1.826,7	1.920,2	2.036,1	11,5%	6,0%
Funcionamento em sentido estrito	1.251,9	1.337,0	1.366,3	9,1%	2,2%
Dotações específicas	574,8	583,2	669,8	16,5%	14,8%
Lei de Programação Militar (LPM)	314,8	257,3	413,5	31,4%	60,7%
Forças Nacionais Destacadas (FND)	70,0	95,2	75,0	7,1%	-21,2%
Encargos com a Saúde (ADM)	90,0	114,9	71,3	-20,8%	-37,9%
Pensões de Reserva	100,0	115,8	110,0	10,0%	-5,0%
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	207,1	235,8	250,1	20,8%	6,1%
2. Investimentos do Plano	37,7	22,5	22,7	-39,8%	0,9%
2.1. - Financiamento nacional	26,7	22,5	22,7	-15,0%	0,9%
2.2. - Financiamento comunitário	11,0	0,0	0,0	-100,0%	
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	173,7	121,4	142,3	-18,1%	17,2%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.235,9	2.290,7	2.440,5	9,1%	6,5%
Consolidação entre subsectores	9,3	9,2	10,7		

O peso do ODN/2010 na Despesa da Administração Central (DAC) aumentou para 4,1%, representando 1,5%³ do Produto Interno Bruto (PIB).

³ Fonte: Relatório do Ministério das Finanças.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.1. Análise Geral

Os quadros abaixo inseridos dão-nos a perspectiva do ODN/2010 por tipo de despesa, com exclusão dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA), situação que será detalhada nos pontos seguintes.

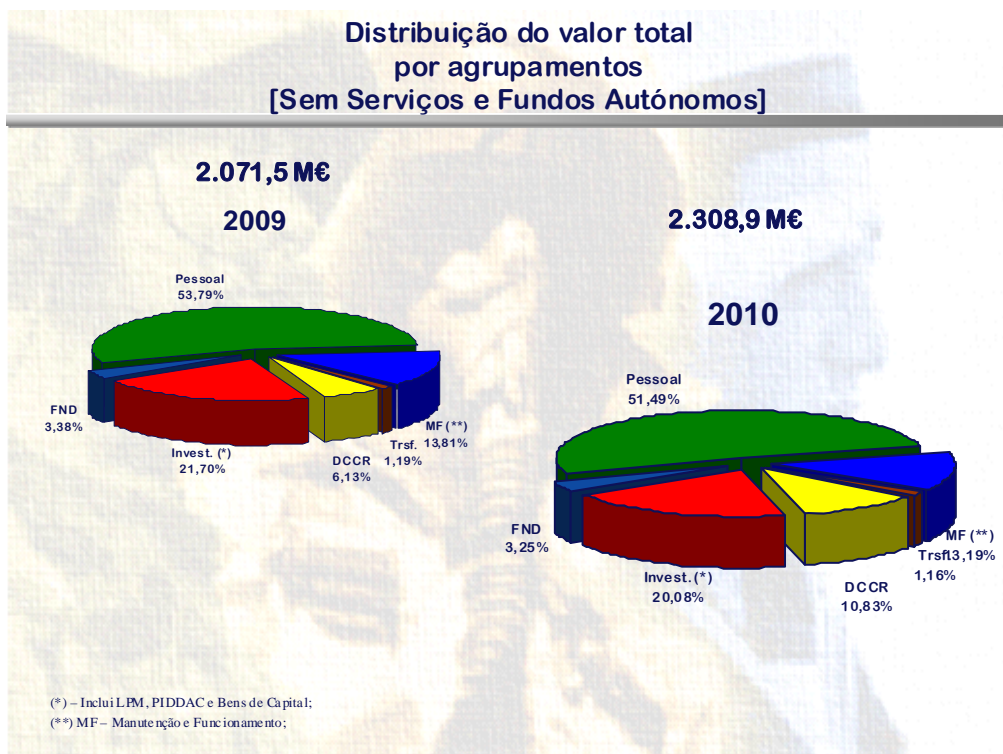
[Em Euros]

Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	1.114.375.107	1.188.946.927	74.571.820	6,69%
* Remunerações Certas e Permanentes	712.242.484	762.856.323	50.613.839	7,11%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	86.661.738	96.400.789	9.739.051	11,24%
* Segurança Social	315.470.885	329.689.815	14.218.930	4,51%
- Material e equipamento	17.069.643	27.325.204	10.255.561	60,08%
* Aquisição de bens de Capital	17.069.643	27.325.204	10.255.561	60,08%
- Manutenção e funcionamento	285.926.787	304.461.767	18.534.980	6,48%
* Aquisição de Bens	110.577.267	109.977.615	-599.652	-0,54%
* Aquisição de serviços	136.364.384	144.740.274	8.375.890	6,14%
* Outras despesas correntes	7.911.709	15.852.000	7.940.291	100,36%
* Reserva orçamental	31.073.427	33.891.878	2.818.451	9,07%
-Transferências	24.565.463	26.858.102	2.292.639	9,33%
* Administração Central	9.122.500	10.622.500	1.500.000	16,44%
* Administrações sem fins lucrativos	5.570.000	5.630.425	60.425	1,08%
* Famílias	2.318.377	2.823.377	505.000	21,78%
* Resto do mundo	7.554.586	7.781.800	227.214	3,01%
TOTAL FUNCIONAMENTO	1.441.937.000	1.547.592.000	105.655.000	7,33%
- Investimentos do Plano	37.725.000	22.700.000	-15.025.000	-39,83%
* Financiamento Nacional	26.700.000	22.700.000	-4.000.000	-14,98%
* Financiamento Comunitário	11.025.000	0	-11.025.000	-100,00%
- Lei de Programação Militar	314.773.000	413.515.000	98.742.000	31,37%
- Forças Nacionais Destacadas	70.000.000	75.000.000	5.000.000	7,14%
ENCARGOS DO ESTADO	1.864.435.000	2.058.807.000	194.372.000	10,43%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Programação Militar	80.000.000	45.000.000	-35.000.000	-43,75%
- Lei de Infra-Estruturas Militares	0	72.913.000	72.913.000	
- Infra-Estruturas NATO	5.584.718	6.500.000	915.282	16,39%
- NATO Manutenção	879.577	2.660.000	1.780.423	202,42%
- FAC	30.400.000	2.500.000	-27.900.000	-91,78%
- Outras	90.205.794	120.546.424	30.340.630	33,63%
SOMA DE DCCR	207.070.089	250.119.424	43.049.335	20,79%
TOTAL	2.071.505.089	2.308.926.424	237.421.335	11,46%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Distribuição do valor total por agrupamentos [Sem Serviços e Fundos Autónomos]



Os meios financeiros disponibilizados à Defesa Nacional para suportar os encargos decorrentes do cumprimento da sua missão e atribuições, durante o ano de 2010 - com exclusão dos valores relativos a Despesas com Compensação em Receita (DCCR) e SFA - são superiores em € 194,4 Milhões aos valores disponibilizados inicialmente no orçamento de 2009.

Em milhares de euros

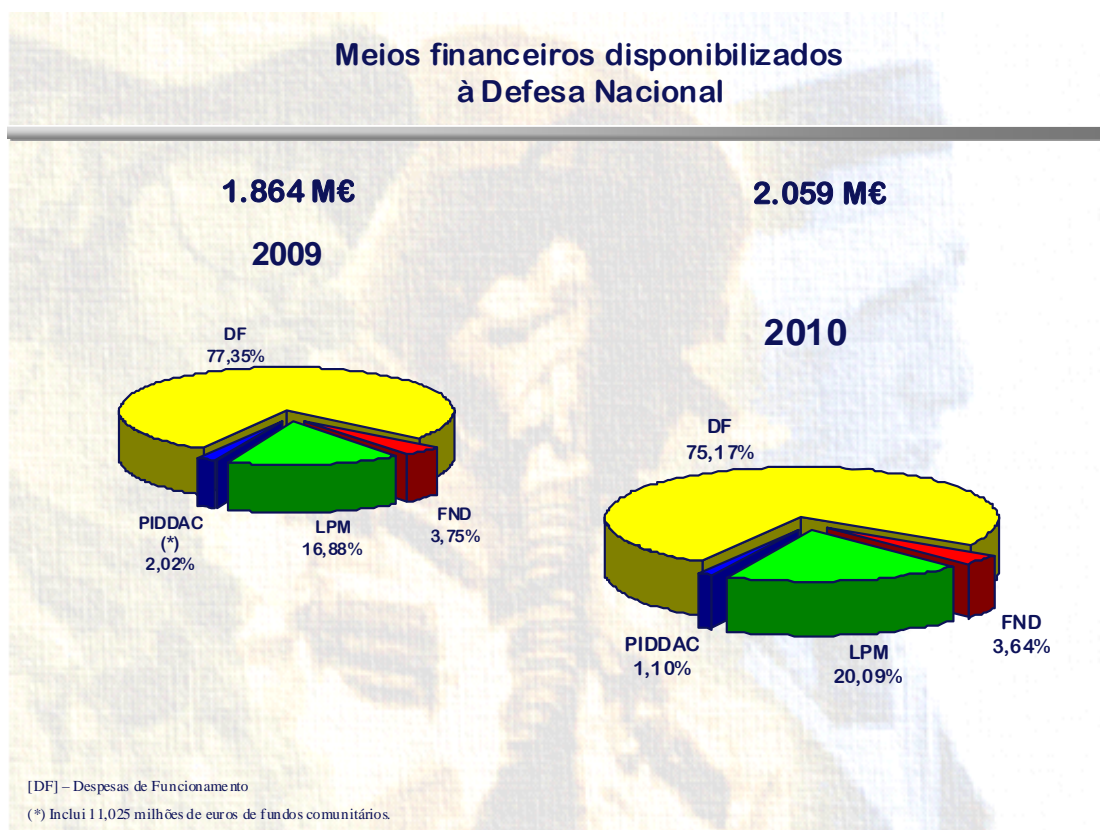
Designação	Anos			
	2009 Inicial	Peso	2010 Proposta	Peso
1. Despesas de funcionamento	1.441.937	77,34%	1.547.592	75,17%
1.1 Despesas com o Pessoal	1.114.375	59,77%	1.188.947	57,75%
1.2 Operação e Manutenção	327.562	17,57%	358.645	17,42%
2. Investimento	352.498	18,91%	436.215	21,19%
2.1 LPM (*)	314.773	16,88%	413.515	20,09%
2.2 PIDDAC	37.725	2,02%	22.700	1,10%
3. Forças Nacionais Destacadas	70.000	3,75%	75.000	3,64%
Total MDN	1.864.435	100,00%	2.058.807	100,00%

(*) Não inclui a verba a obter por via das alienações.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Meios financeiros disponibilizados
à Defesa Nacional



A distribuição destas dotações por departamentos, excluindo LPM e PIDDAC, é a que se apresenta de seguida, em valores absolutos e graficamente, comparando os orçamentos iniciais de 2009 e 2010.

Un.: euros

Departamentos	Anos				Variação	
	2009 Inicial	Peso	2010 Proposta	Peso	Valor	%
Despesas de Funcionamento						
- Gabinetes e SCS	166.387.000	11,00%	169.675.000	10,46%	3.288.000	1,98%
- EMGFA	36.950.000	2,44%	40.550.000	2,50%	3.600.000	9,74%
- MARINHA	387.200.000	25,61%	415.417.000	25,60%	28.217.000	7,29%
- EXÉRCITO	565.400.000	37,40%	611.778.000	37,70%	46.378.000	8,20%
- FORÇA AÉREA	286.000.000	18,92%	310.172.000	19,12%	24.172.000	8,45%
Forças Nacionais Destacadas	70.000.000	4,63%	75.000.000	4,62%	5.000.000	7,14%
TOTAL	1.511.937.000	100,00%	1.622.592.000	100,00%	110.655.000	7,32%

Notas:

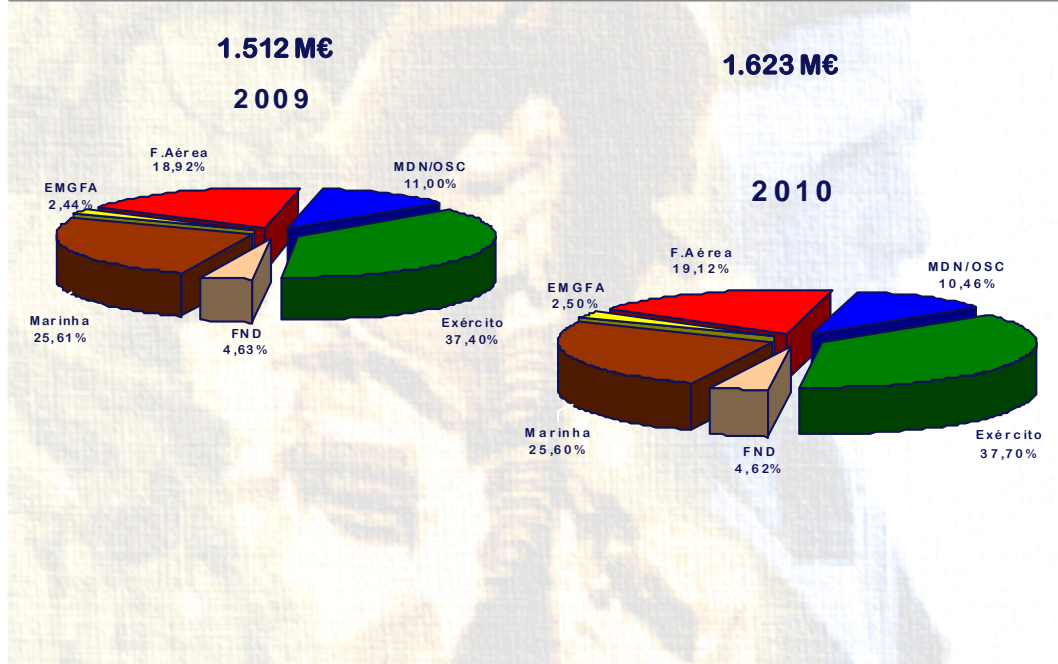
SCS - Serviços Centrais de Suporte.

Observação: Inclui despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, transferências correntes, outras despesas correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital e exclui a Lei de Programação Militar, a LPIM, as Despesas com Compensação em Receita e o PIDDAC.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Meios Financeiros disponibilizados
à Defesa Nacional





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2. Despesas de Funcionamento – Análise Sectorial

3.2.1. Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte

O orçamento dos Gabinetes dos Membros do Governo e dos SCS totaliza € 509,83 Milhões, conforme é apresentado no mapa e gráfico seguintes.

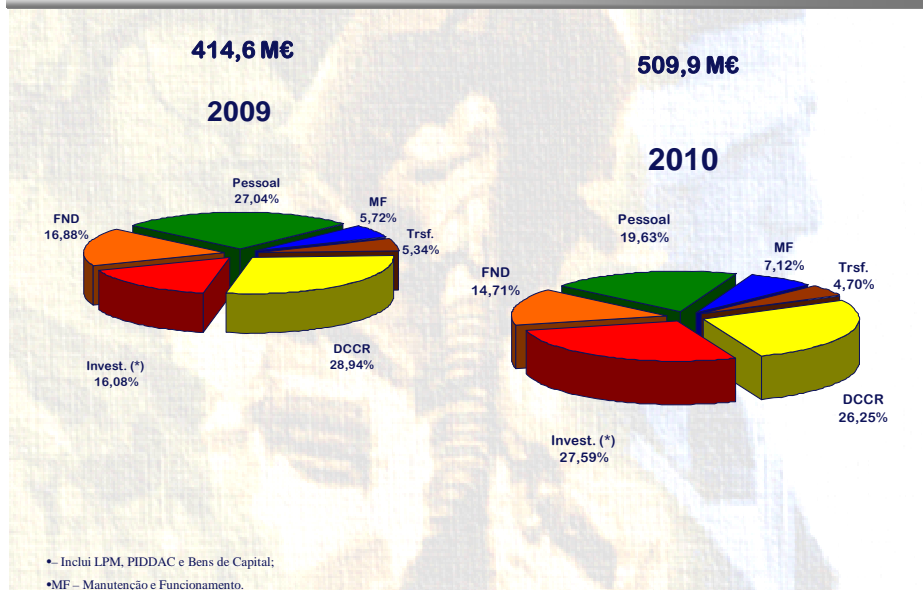
[Em Euros]

Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	112.118.470	100.092.548	-12.025.922	-10,73%
* Remunerações Certas e Permanentes	15.900.744	20.601.302	4.700.558	29,56%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	4.961.686	5.418.630	456.944	9,21%
* Segurança Social	91.256.040	74.072.616	-17.183.424	-18,83%
- Material e equipamento	8.413.381	9.334.025	920.644	10,94%
* Aquisição de bens de Capital	8.413.381	9.334.025	920.644	10,94%
- Manutenção e funcionamento	23.703.063	36.311.202	12.608.139	53,19%
* Aquisição de Bens	2.026.306	2.058.760	32.454	1,60%
* Aquisição de serviços	12.095.431	16.234.189	4.138.758	34,22%
* Outras despesas correntes	7.896.649	15.825.000	7.928.351	100,40%
* Reserva orçamental	1.684.677	2.193.253	508.576	30,19%
-Transferências	22.152.086	23.937.225	1.785.139	8,06%
* Administração Central	9.122.500	10.622.500	1.500.000	16,44%
* Administrações sem fins lucrativos	5.535.000	5.592.925	57.925	1,05%
* Resto do mundo	7.494.586	7.721.800	227.214	3,03%
TOTAL FUNCIONAMENTO	166.387.000	169.675.000	3.288.000	1,98%
- Investimentos do Plano	31.725.000	16.700.000	-15.025.000	-47,36%
* Financiamento Nacional	20.700.000	16.700.000	-4.000.000	-19,32%
* Financiamento Comunitário	11.025.000	0	-11.025.000	-100,00%
- Lei de Programação Militar	26.520.000	114.644.000	88.124.000	332,29%
- Forças Nacionais Destacadas	70.000.000	75.000.000	5.000.000	7,14%
ENCARGOS DO ESTADO	294.632.000	376.019.000	81.387.000	27,62%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Programação Militar	80.000.000	45.000.000	-35.000.000	-43,75%
- Lei de Infra-Estruturas Militares		62.703.000	62.703.000	
- Infra-Estruturas NATO	5.584.718	6.500.000	915.282	16,39%
- NATO Manutenção	879.577	2.660.000	1.780.423	202,42%
- FAC	30.400.000	2.500.000	-27.900.000	-91,78%
- Outras	3.128.733	14.446.562	11.317.829	361,74%
SOMA DE DCCR	119.993.028	133.809.562	13.816.534	11,51%
TOTAL	414.625.028	509.828.562	95.203.534	22,96%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos



3.2.1.1. Gabinetes dos Membros do Governo

O orçamento dos Gabinetes dos Membros do Governo totaliza € 3,65 Milhões com a seguinte distribuição:

- Gabinete do Ministro	2.632.500
- Gabinete do Secretário de Estado	926.250
- Reserva Orçamental ⁴	91.250

As dotações afectas aos Gabinetes dos Membros do Governo para o ano de 2010 sofreram um acréscimo no montante de € 98 400 (2,77%) face à dotação inicial de 2009. Considerando as crescentes responsabilidades para com a CGA (de 7,5% para 15%) esta alteração representa, na prática, uma redução da despesa prevista.

3.2.1.2. Serviços Centrais de Suporte

As dotações propostas para os SCS totalizam € 506,18 Milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Despesas de funcionamento	163.831.747
- Reserva Orçamental ⁵	2.102.003
- Forças Nacionais Destacadas	75.000.000
- Assistência na Doença aos Militares	71.300.000
- Investimentos do Plano	16.700.000
- Lei de Programação Militar	114.644.000
- Despesas com compensação em receita	133.809.562

Nos pontos seguintes apresenta-se a justificação para os valores acima indicados.

⁴ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de €91.250, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.

⁵ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de € 2.102.003, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.1.2.1. Despesas com o Pessoal

Suporta os encargos abrangidos pelos códigos de classificação económica 01.01.01 a 01.03.10 nos quais assumem maior expressão os relativos a Pessoal dos quadros – regime da função pública, pessoal em qualquer outra situação, pessoal afecto às Estruturas de Missão e ajudas de custo que se destinam, predominantemente, ao pagamento dos encargos resultantes de missões no estrangeiro, em especial das que resultam de missões de cooperação com os PALOP no âmbito da CTM.

3.2.1.2.2. Manutenção e Funcionamento

Diz respeito às rubricas compreendidas entre os códigos 02.01.01 a 02.02.25, sendo estas dotações destinadas ao funcionamento normal dos serviços e à gestão centralizada das Direcções-Gerais do Ministério, nas quais se incluem os incentivos ao recrutamento no âmbito da nova Lei do Serviço Militar, designadamente com o Dia da Defesa Nacional, despesas com transporte de pessoas e bens em deslocações aos PALOP, o pagamento de seguros, designadamente, os que decorrem da presença dos militares em Missões Humanitárias e de Paz, bem como os encargos com os observadores militares não enquadrados em Missões Humanitárias e de Paz.

3.2.1.2.3. Transferências

Dotações destinadas a Instituições tuteladas pelo MDN e a outras com interesse directo para a Defesa, nomeadamente:

✓ Instituto de Acção Social das Forças Armadas	10.500.000
✓ Cruz Vermelha Portuguesa	1.800.000
✓ Liga dos Combatentes	1.000.000
✓ Associação dos Deficientes das Forças Armadas	450.000
✓ Encargos com a participação portuguesa em diversos organismos internacionais na área da Defesa, incluindo a participação nacional para infra-estruturas NATO	7.500.000
✓ Montante destinado ao programa de apoio a ex-militares vítimas de stress de guerra e pós traumático	500.000

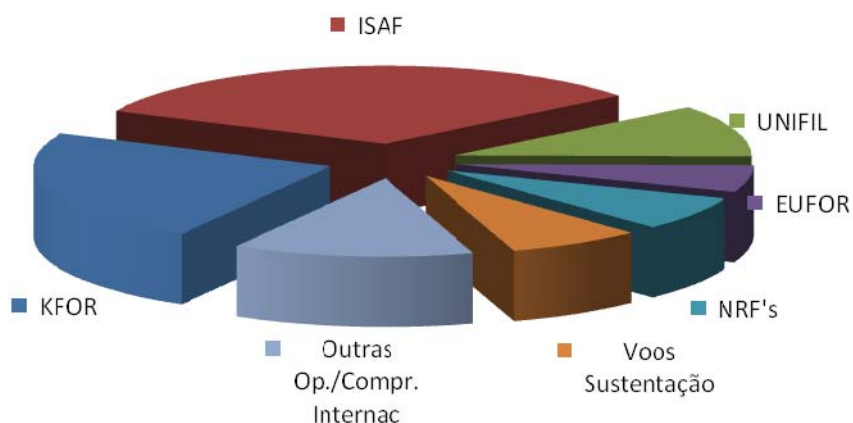
3.2.1.2.4. Forças Nacionais Destacadas

Portugal tem vindo a participar na implementação de planos de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações.

Para o ano de 2010 encontram-se inscritos € 75 Milhões, devendo ser analisada a evolução desta verba em termos históricos e sua distribuição pelas missões cuja realização se encontra prevista, conforme se demonstra em seguida.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



3.2.1.2.5. Despesas com compensação em receita

No orçamento do MDN/SCS para 2010 estão previstas DCCR no valor de € 133,81 Milhões, assim distribuídas:

Designação	Montante
Infra-Estruturas NATO	6.500.000
NATO Manutenção	2.660.000
Antigos Combatentes	2.500.000
LPM (alienações)	45.000.000
LPIM	62.703.000
Outras	14.446.562
Total	133.809.562



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.2. Estado-Maior General das Forças Armadas

O orçamento do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) para 2010 totaliza € 53,97 Milhões, distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	39.536.250
- Reserva Orçamental ⁶	1.013.750
- Lei de Programação Militar	12.363.000
- Despesas com contrapartida em receita	1.055.000

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	29.349.572	31.956.360	2.606.788	8,88%
* Remunerações Certas e Permanentes	11.189.309	11.639.050	449.741	4,02%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	17.229.101	18.546.250	1.317.149	7,64%
* Segurança Social	931.162	1.771.060	839.898	90,20%
- Material e equipamento	434.400	744.000	309.600	71,27%
* Aquisição de bens de Capital	434.400	744.000	309.600	71,27%
- Manutenção e funcionamento	7.106.028	7.789.640	683.612	9,62%
* Aquisição de Bens	1.244.100	1.458.800	214.700	17,26%
* Aquisição de serviços	4.938.178	5.317.090	378.912	7,67%
* Reserva orçamental	923.750	1.013.750	90.000	9,74%
-Transferências	60.000	60.000	0	0,00%
* Resto do mundo	60.000	60.000	0	0,00%
TOTAL FUNCIONAMENTO	36.950.000	40.550.000	3.600.000	9,74%
- Lei de Programação Militar	6.403.000	12.363.000	5.960.000	93,08%
ENCARGOS DO ESTADO	43.353.000	52.913.000	9.560.000	22,05%
Despesas com compensação em receita				
- Outras	500.000	1.055.000	555.000	111,00%
SOMA DE DCCR	500.000	1.055.000	555.000	111,00%
TOTAL	43.853.000	53.968.000	10.115.000	23,07%

⁶ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de € 1.103.750, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.

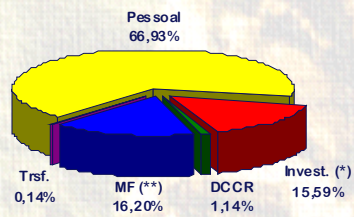


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Estado-Maior-General das Forças Armadas
Distribuição do “plafond” por agrupamentos

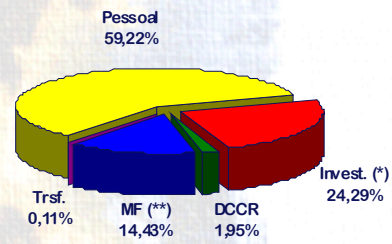
43,9 M€

2009



53,9 M€

2010



* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital

** MF - Manutenção e Funcionamento.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.3. Marinha

O orçamento da Marinha para 2010 totaliza € 596,975 Milhões distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	406.181.575
- Reserva Orçamental ⁷	9.235.425
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Lei de Programação Militar	146.249.000
- Despesas com compensação em receita	33.309.603

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

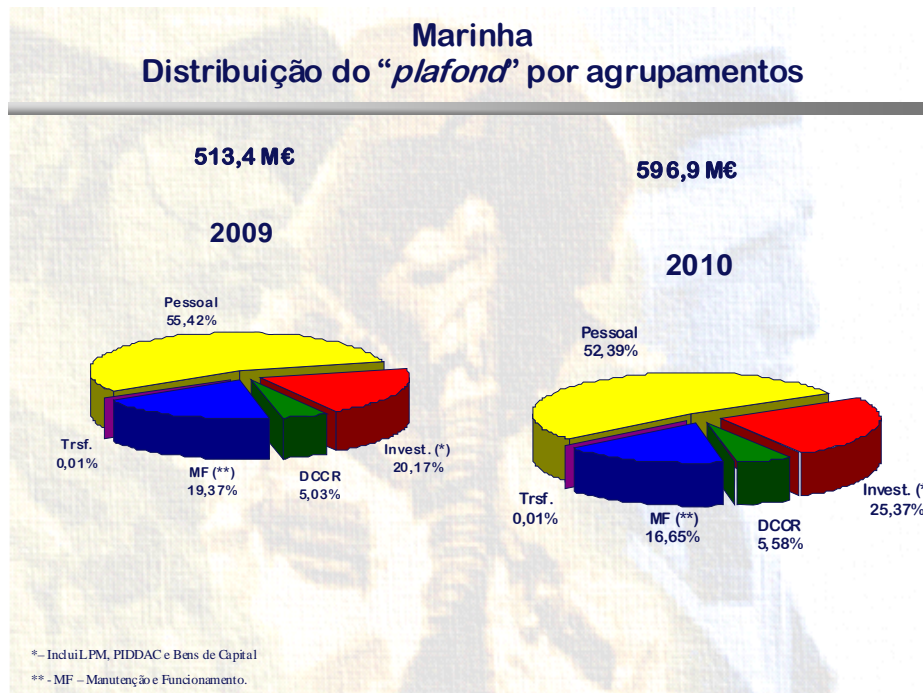
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	284.511.310	312.763.707	28.252.397	9,93%
* Remunerações Certas e Permanentes	185.601.838	208.792.547	23.190.709	12,49%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	11.629.319	14.775.869	3.146.550	27,06%
* Segurança Social	87.280.153	89.195.291	1.915.138	2,19%
- Material e equipamento	3.180.397	3.199.668	19.271	0,61%
* Aquisição de bens de Capital	3.180.397	3.199.668	19.271	0,61%
- Manutenção e funcionamento	99.455.483	99.398.315	-57.168	-0,06%
* Aquisição de Bens	35.848.618	31.818.637	-4.029.981	-11,24%
* Aquisição de serviços	55.024.305	58.329.553	3.305.248	6,01%
* Outras despesas correntes	15.060	14.700	-360	-2,39%
* Reserva orçamental	8.567.500	9.235.425	667.925	7,80%
-Transferências	52.810	55.310	2.500	4,73%
* Administrações sem fins lucrativos	35.000	37.500	2.500	7,14%
* Famílias	17.810	17.810	0	0,00%
TOTAL FUNCIONAMENTO	387.200.000	415.417.000	28.217.000	7,29%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	98.373.000	146.249.000	47.876.000	48,67%
ENCARGOS DO ESTADO	487.573.000	563.666.000	76.093.000	15,61%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares		4.000.000	4.000.000	
- Outras	25.833.992	29.309.603	3.475.611	13,45%
SOMA DE DCCR	25.833.992	33.309.603	7.475.611	28,94%
TOTAL	513.406.992	596.975.603	83.568.611	16,28%

⁷ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de € 9.235.425, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Marinha
Distribuição do “plafond” por agrupamentos





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.4. Exército

O orçamento do Exército para 2010 totaliza € 736,1 Milhões distribuído pelos seguintes grupos de despesas:

- Despesas de funcionamento	597.578.550
- Reserva orçamental ⁸	14.199.450
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Lei de Programação Militar	79.932.000
- Despesas com compensação em receitas	42.343.069

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

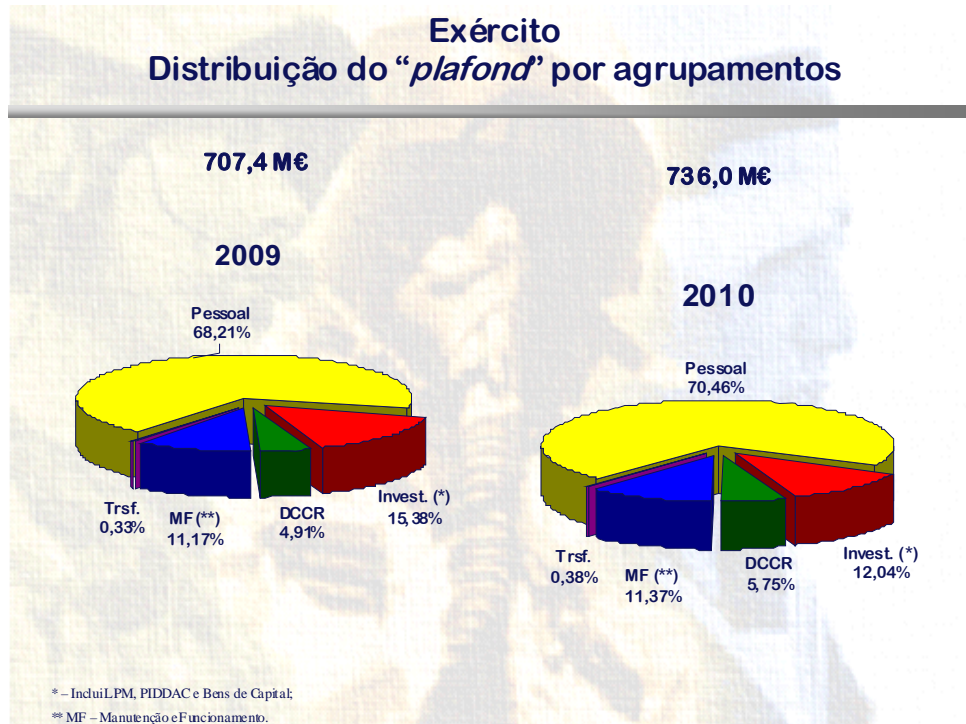
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	482.572.521	518.619.243	36.046.722	7,47%
* Remunerações Certas e Permanentes	340.234.362	356.779.409	16.545.047	4,86%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	42.271.688	42.963.688	692.000	1,64%
* Segurança Social	100.066.471	118.876.146	18.809.675	18,80%
- Material e equipamento	1.491.169	6.673.398	5.182.229	347,53%
* Aquisição de bens de Capital	1.491.169	6.673.398	5.182.229	347,53%
- Manutenção e funcionamento	79.035.743	83.679.792	4.644.049	5,88%
* Aquisição de Bens	42.947.402	46.319.087	3.371.685	7,85%
* Aquisição de serviços	22.915.841	23.161.255	245.414	1,07%
* Reserva orçamental	13.172.500	14.199.450	1.026.950	7,80%
-Transferências	2.300.567	2.805.567	505.000	21,95%
* Famílias	2.300.567	2.805.567	505.000	21,95%
TOTAL FUNCIONAMENTO	565.400.000	611.778.000	46.378.000	8,20%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	105.306.000	79.932.000	-25.374.000	-24,10%
ENCARGOS DO ESTADO	672.706.000	693.710.000	21.004.000	3,12%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares		4.100.000		
- Outras	34.743.069	38.243.069	3.500.000	10,07%
SOMA DE DCCR	34.743.069	42.343.069	3.500.000	10,07%
TOTAL	707.449.069	736.053.069	28.604.000	4,04%

⁸ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de € 14.199.450, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Exército
Distribuição do “plafond” por agrupamentos





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.5. Força Aérea

O orçamento da Força Aérea para 2010 totaliza a importância de € 412,10 Milhões, distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	302.922.000
- Reserva Orçamental ⁹	7.250.000
- Lei de Programação Militar	60.327.000
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Despesas com contrapartida em receita:	39.602.190

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

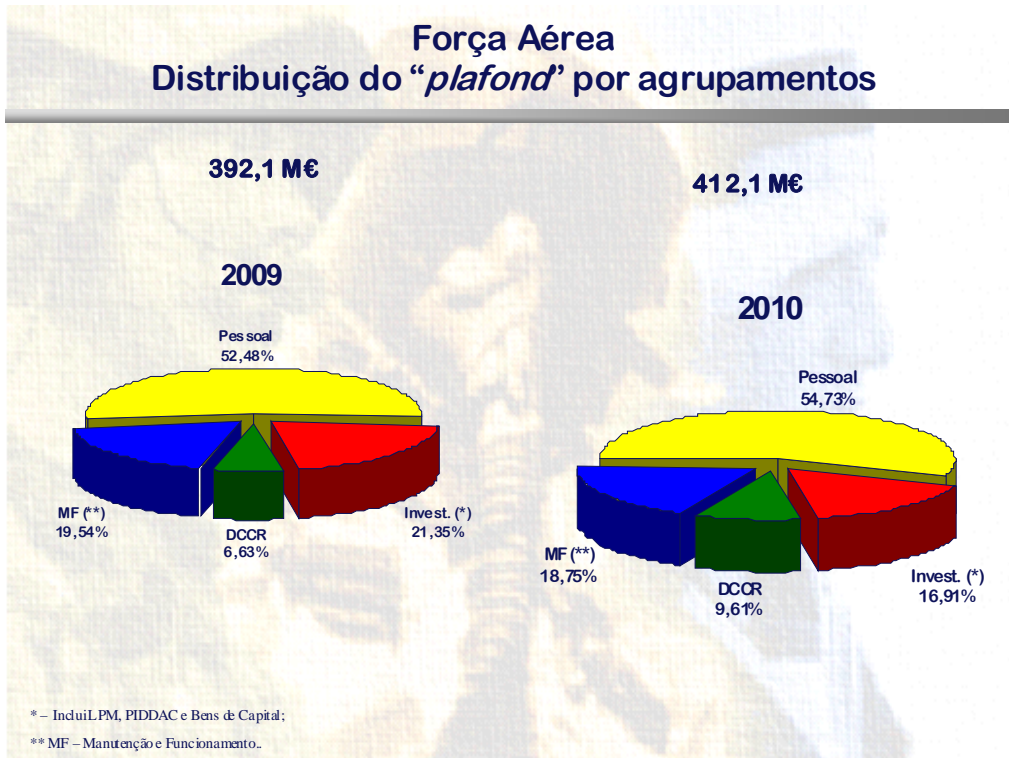
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2009 Inicial	2010 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	205.823.234	225.515.069	19.691.835	9,57%
* Remunerações Certas e Permanentes	159.316.231	165.044.015	5.727.784	3,60%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	10.569.944	14.696.352	4.126.408	39,04%
* Segurança Social	35.937.059	45.774.702	9.837.643	27,37%
- Material e equipamento	3.550.296	7.374.113	3.823.817	107,70%
* Aquisição de bens de Capital	3.550.296	7.374.113	3.823.817	107,70%
- Manutenção e funcionamento	76.626.470	77.282.818	656.348	0,86%
* Aquisição de Bens	28.510.841	28.322.331	-188.510	-0,66%
* Aquisição de serviços	41.390.629	41.698.187	307.558	0,74%
* Outras despesas correntes	0	12.300	12.300	
* Reserva orçamental	6.725.000	7.250.000	525.000	7,81%
TOTAL FUNCIONAMENTO	286.000.000	310.172.000	24.172.000	8,45%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	78.171.000	60.327.000	-17.844.000	-22,83%
ENCARGOS DO ESTADO	366.171.000	372.499.000	6.328.000	1,73%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares		2.110.000	2.110.000	
- Outras	26.000.000	37.492.190	11.492.190	44,20%
SOMA DE DCCR	26.000.000	39.602.190	13.602.190	52,32%
TOTAL	392.171.000	412.101.190	19.930.190	5,08%

⁹ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de € 7.250.000, decorre do ponto 3.1. da Circular Série A n.º 1354 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2010.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Força Aérea
Distribuição do “plafond” por agrupamentos





3.3. Despesas de Investimento

3.3.1. Lei de Programação Militar

Para o ano de 2010 está previsto na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto (LPM), um montante de € 413,5 Milhões para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, valor que não inclui a receita prevista realizar com a alienação de equipamentos militares (€ 45 M).

As medidas incluídas na LPM são apresentadas separadamente pelos SCS do Ministério da Defesa Nacional, pelo EMGFA e pelos Ramos das Forças Armadas, entidades com responsabilidade directa e autónoma na execução da Lei.

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2010 continua a prever a possibilidade de afectar à cobertura de encargos, designadamente com a preparação, operações e treino de forças, uma verba que poderá atingir 10% dos montantes inscritos em sede de LPM, estando prevista na proposta lei, uma cativação sobre as verbas inscritas, de 40%.

Em síntese, a LPM para 2010 apresenta os seguintes valores:

(Em euros)

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2009	2010	Valor	%	2009	2010
LPM						
- MDN/SCS (*)	26.520.000	114.644.000	88.124.000	332,29%	8,43%	27,72%
- EMGFA	6.403.000	12.363.000	5.960.000	93,08%	2,03%	2,99%
- MARINHA	98.373.000	146.249.000	47.876.000	48,67%	31,25%	35,37%
- EXÉRCITO	105.306.000	79.932.000	-25.374.000	-24,10%	33,45%	19,33%
- FORÇA AÉREA	78.171.000	60.327.000	-17.844.000	-22,83%	24,83%	14,59%
TOTAL	314.773.000	413.515.000	98.742.000	31,37%	100,00%	100,00%

(*) Não considerando o valor do investimento a realizar financiado com receitas das alienações.

No ano de 2010 será dada continuidade aos projectos em curso, os quais se materializam, em termos financeiros, em compromissos assumidos, sendo de destacar, por entidades responsáveis, os seguintes:

3.3.1.1. Serviços Centrais de Suporte do MDN

O montante global de verbas inscrito no Capítulo 01 do ODN/2010 ascende a €114,644 Milhões.

A medida *Modernização da Base Industrial e Tecnológica da Defesa* representa uma aposta na modernização da infra-estrutura industrial e tecnológica da Defesa com a qual se pretende:

- ↳ Apoiar o desenvolvimento das tecnologias e dos sistemas com aplicação em Defesa, viabilizando a participação e o financiamento em projectos nacionais e internacionais de I&D;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- ↳ Criar condições para a participação das indústrias de defesa em parcerias e projectos cooperativos internacionais com interesse para a Defesa Nacional e que contribuam para o seu desenvolvimento e sustentabilidade;
- ↳ Contribuir para a modernização e actualização tecnológica das indústrias de defesa, fortalecendo a capacidade de acompanhamento e participação no desenvolvimento, produção e manutenção dos sistemas e equipamentos.

Através da dotação inscrita procura-se apoiar e dinamizar a participação da indústria nacional no mercado mais alargado da Defesa Europeia, em especial as Pequenas e Médias Empresas, bem como incentivar a participação activa das Universidades e pólos de I&D em parcerias ou projectos de cooperação, de particular interesse para a Defesa.

A medida *Capacidades Conjuntas* concentra a execução de vários projectos, que têm por objectivo a edificação de capacidades relevantes para a operacionalidade e intervenção conjunta das várias componentes do Sistema de Forças Nacional. A dotação inscrita nesta medida, para o ano de 2010, destina-se fundamentalmente a fazer face aos encargos associados ao programa dos helicópteros.

A afectação à medida *Sistemas de Informação e Gestão* destina-se a prosseguir com o esforço de operacionalização de Sistemas de Informação de Gestão integrados e organizados, para consolidar o modo de funcionamento conjunto e sectorial dos Ramos.

3.3.1.2. Estado-Maior General das Forças Armadas

O montante global de verbas inscrito, em concordância com os projectos inscritos na LPM, ascende a € 12,4 Milhões em 2010, os quais se encontram inscritos numa única medida, *Comando e Controlo*.

Esta medida contempla vários projectos, que têm por objectivo manter e melhorar o actual sistema de infra-estruturas das comunicações, aumentando a capacidade de transporte de informação operacional, por via da evolução tecnológica para uma rede integrada de serviços de voz, dados e imagem, e prosseguindo com a instalação do protocolo NATO de comunicações militares.

3.3.1.3. Marinha

O montante global de verbas inscrito em 2010, em concordância com os projectos inscritos na LPM, ascende a € 146,249 Milhões.

A verba inscrita na medida *Capacidade Submarina* destina-se a suportar os encargos com a aquisição dos submarinos, nomeadamente o respectivo fornecimento logístico, armamento, formação e treino e modernização da infra-estrutura de apoio na Base Naval do Alfeite.

Na medida *Capacidade Oceânica de Superfície* estão contemplados as verbas para o cumprimento dos compromissos assumido com a aquisição de novas fragatas, às quais se destinam, em larga medida, as dotações inscritas.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Na medida *Capacidade de Projecção de Forças* estão contemplados os encargos com o reequipamento dos Fuzileiros nas suas componentes de desembarque, operações especiais e *intelligence*, onde se incluem os compromissos assumidos com aquisição de Viaturas Blindadas de Rodas anfíbias.

3.3.1.4. Exército

O Exército disporá, em 2010, de cerca de € 79,9 Milhões para investimentos em sede da LPM.

A dotação inscrita destina-se, em larga medida, a suportar os encargos com a aquisição de Viaturas Blindadas de Rodas (*PANDUR*), inserida na medida *Capacidade de Intervenção*.

Na medida *Capacidade Mecanizada* estão contempladas verbas relacionadas com a aquisição de carros de combate *Leopard 2A6* e à actualização e extensão da vida útil das viaturas M113.

3.3.1.5. Força Aérea

Por seu lado, o orçamento da Força Aérea será dotado de uma verba de € 60,327 Milhões, para investimentos no ano de 2010.

Na medida *Capacidade de Defesa Aérea e Operações Aéreas Anti-superfície* está prevista a continuação do investimento na modernização das aeronaves F-16.

A verba inscrita na medida *Capacidade de Operações Aéreas ASW/ASUW* deverá permitir satisfazer os encargos com a modernização das aeronaves P-3C.

A medida *Capacidade de Transporte de Teatro, Vigilância e Fiscalização* tem como finalidade a responder aos compromissos assumidos com a aquisição de aeronaves de médio porte (C-295).

O montante inscrito na medida *Capacidade de Projecção e Protecção de Forças* destina-se a suportar os encargos com a aquisição de sistemas de autoprotecção.



3.3.2. Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares

A Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares (LPIM) visa ajustar as infra-estruturas militares ao novo paradigma das Forças Armadas adaptando-as ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Procura-se, desta forma, rentabilizar o património afecto à Defesa Nacional.

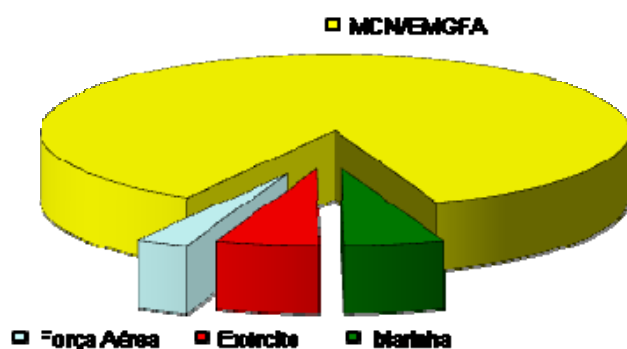
A LPIM terá um significativo impacto económico, já que é o maior programa de investimento em infra-estruturas militares dos últimos 50 anos. Os mecanismos de gestão patrimonial dos bens afectos à Defesa Nacional asseguram a existência de um conjunto de meios de rentabilização flexíveis, susceptíveis de extrair o máximo rendimento possível das infra-estruturas existentes.

Deste modo, torna-se possível libertar infra-estruturas obsoletas, numa lógica de menos, mas melhores infra-estruturas militares. Por outro lado, com esta iniciativa prevê-se, ainda, o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado relativas a Fundos, nomeadamente a capitalização do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

A execução desta lei é plurianual, abrangendo um período de 12 anos, e auto-financia-se, sendo o investimento a realizar suportado pelas receitas geradas pela rentabilização das infra-estruturas afectas à Defesa Nacional e disponíveis.

Por fim, e deste modo, é dado cumprimento ao Programa do Governo, procedendo-se à requalificação das infra-estruturas, de modo a assegurar o cumprimento das missões das Forças Armadas, nomeadamente a sua presença em missões militares conjuntas no quadro da NATO, da ONU e da União Europeia.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos montantes previstos para o ano de 2010, por departamentos.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.3.3. Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

Do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) contido na proposta de Orçamento do Estado para 2010, destaca-se o programa “Defesa” com os projectos de construção de Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), Navios de Combate à Poluição (NCP) e de Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC), já contratualizados com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Refira-se também o projecto “Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO)” pelo seu inegável interesse para o país e para as Forças Armadas.

Para além dos projectos acima referenciados, aposta-se na continuidade de alguns projectos de importância significativa, tais como o Sistema Militar de Apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil, a cooperação com as Autarquias Locais, a modernização do Arquivo Histórico da Defesa Nacional, e ainda o novo projecto de ampliação das instalações da Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional (IDN).

No quadro seguinte compara-se, por departamentos, os montantes globais atribuídos, bem como o seu peso relativo:

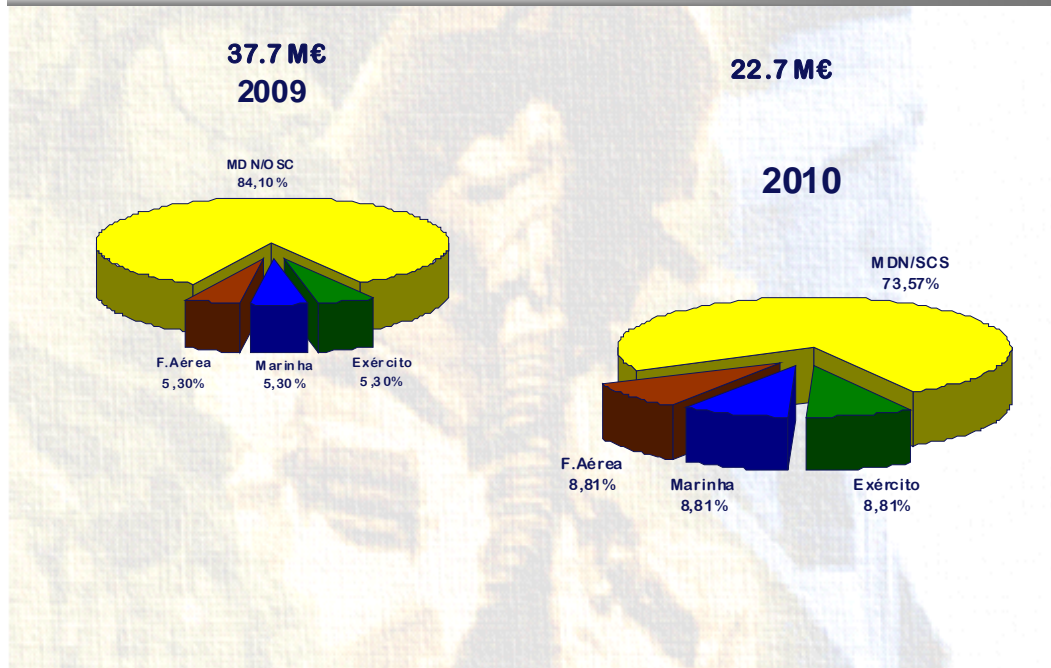
[Em Euros]

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2009	2010	Valor	%	2009	2010
- MDN/SCS	31.725.000	16.700.000	-15.025.000	-47,36%	84,10%	73,57%
- MARINHA	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	5,30%	8,81%
- EXÉRCITO	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	5,30%	8,81%
- FORÇA AÉREA	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	5,30%	8,81%
TOTAL	37.725.000	22.700.000	-15.025.000	-39,83%	100,00%	100,00%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Meios Financeiros disponibilizados
à Defesa Nacional
Capítulo 50 – Investimentos do Plano [PIDDAC]**



Nos quadros seguintes apresentam-se os quantitativos afectos ao MDN, repartidos por programas e departamentos.

PROGRAMAS/MEDIDAS	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA					
	Até 31/12/2009	2010	2011	2012	ANOS SEGUINTE	TOTAL
006 - Defesa						
001 - AP - Administração Geral	168.817	50.000				218.817
004 - AP -Investigação Científica de carácter geral	2.700.186	100.000	1.064.000	870.603	807.937	5.542.726
005 - Defesa - Administração e Regulamentação	100.000	87.000				187.000
006 - Defesa - Investigação	9.388.212	265.000				9.653.212
007 - Defesa - Forças Armadas	161.104.814	17.296.000	125.984.367	60.060.605	136.725.991	501.171.777
014 - Seg. e Ordem Pública - Protec. Civil e luta contra incêndios	10.887.532	1.900.000	7.742.000	6.430.000	7.370.000	34.329.532
017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	998.018	101.000				1.099.018
018 - Educação - Estabelecimentos de ensino superior	2.596.735	101.000				2.697.735
022 - Saúde	17.619.912	2.000.000				19.619.912
034 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - Adm. e Reg.	872.846	700.000				1.572.846
036 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - Cultura	1.916.082	100.000				2.016.082
Total . . .	208.353.154	22.700.000	134.790.367	67.361.208	144.903.928	578.108.657



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

PROJECTOS	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA					
	Até 31/12/2009	2010	2011	2012	ANOS SEGUINTE	TOTAL
Serviços Centrais de Suporte						
Obras de Recuperação do Forte de S. Julião da Barra	1.916.082	100.000				2.016.082
Recuperação do Palácio Bensaúde	294.207	100.000				394.207
Arquivo Histórico da Defesa Nacional	872.846	700.000				1.572.846
Apetrechamento do Centro de Recursos do Conhecimento	168.817	50.000				218.817
Infra-Estruturas em Terra do GMDSS/PO		5.264.726	3.900.000	14.485.275		23.650.001
Ampliação das Instalações da Biblioteca do IDN	100.000	87.000				187.000
Construção de Navios de Patrulhas Oceânicos (*)	115.367.881	2.543.814	820.000			118.731.695
Construção de Navios de Combate à Poluição	23.234.130	4.599.310	52.253.175			80.086.615
Construção de Lanchas de Fiscalização Costeira	9.800.000	3.255.150	69.011.192	45.575.330	136.725.991	264.367.663
Soma Serviços Centrais de Suporte (SCS) . . .	151.753.963	16.700.000	125.984.367	60.060.605	136.725.991	491.224.926
(*) - Inclui fundos comunitários.						
Marinha						
Equipamentos da Escola Naval	2.596.735	101.000				2.697.735
Modernização do Sistema Integrado de Transportes da Marinha	1.135.909	200.000				1.335.909
Equipamento do Grupo N.º 2 de Escolas da Armada	998.018	101.000				1.099.018
Construção de Capitâneas e Postos Marítimos	6.238.187	666.500				6.904.687
Aquisição de Salva-Vidas para o ISN	5.034.500	666.500				5.701.000
Estudo da Dinâmica Oceânica e Sedimentologia da Zona Marítima	2.465.562	54.000				2.519.562
Estudo da Dinâmica Costeira das Costas de Portugal	5.549.490	67.810				5.617.300
Estudo das Tecnologias das Ajudas e Segurança da Navegação	490.541	93.190				583.731
Estudo das Zonas Oceânicas de Interesse para Portugal	882.619	50.000				932.619
Soma Marinha . . .	25.391.561	2.000.000	0	0	0	27.391.561
Exército						
Capacidade de Reconhecimento Biológico e Químico por Sistema de Apoio ao SNBPC	1.493.166	878.000	3.572.000	2.200.000	2.200.000	10.343.166
Enquadramento da Cartografia Militar na Escala 1:25 000 no Sistema de Referência WGS84 (CARTMIL)	1.829.602	50.000	754.000	754.000	807.937	4.195.539
Sistema de Estações GPS de Referência Virtuais - "SERVMR"	870.584	50.000	310.000	116.603		1.347.187
Sistema Militar de Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (EPE)	2.817.867	50.000	1.000.000	950.000		4.817.867
Sistema Militar para Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (RE)	2.621.522	50.000	1.900.000	2.470.000		7.041.522
Sistema Militar de Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (HCM)	3.954.977	922.000	1.270.000	810.000	5.170.000	12.126.977
Soma Exército . . .	13.587.718	2.000.000	8.806.000	7.300.603	8.177.937	39.872.258
Força Aérea						
Modernização de Equipamentos de Saúde	17.619.912	2.000.000				19.619.912
Soma Força Aérea . . .	17.619.912	2.000.000	0	0	0	19.619.912
Total Ministério da Defesa Nacional	208.353.154	22.700.000	134.790.367	67.361.208	144.903.928	578.108.657